

The background of the cover is a dense collage of circular images. These images depict a wide range of human experiences: people of various ages and ethnicities, some smiling and some looking distressed; scenes of food production and distribution, including farmers in fields and people handling produce; and social or political activism, such as a person holding a sign that says "Hands off Yemen" and another holding a sign that says "WE DON'T WANT PRESIDENT TRUMP". The collage is set against a dark, textured background.

Relatório sobre a
**SITUAÇÃO
DO DIREITO À
ALIMENTAÇÃO
E À NUTRIÇÃO**
Resumo executivo

2019

Os direitos humanos estão numa encruzilhada: políticas e práticas regressivas tornaram-se a regra em muitos Estados, territórios e instituições internacionais em todo o mundo. Os nossos sistemas alimentares não estão imunes aos efeitos prejudiciais das crescentes disparidades no acesso aos recursos, ainda mais exacerbadas pela usurpação de terras, pela violência contra as mulheres e pela criminalização de defensores dos direitos humanos, entre outros problemas. Níveis mais elevados de fome, má nutrição e insegurança alimentar são outros indicadores do aumento da desigualdade. O relatório *State of Food Security and Nutrition in the World (O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo)* (SOFI) 2019, publicado recentemente, estima que 820 milhões de pessoas em todo o mundo estejam sujeitas a fome e má nutrição, enquanto dois mil milhões estão sujeitas à insegurança alimentar. Estes números estarrecedores vêm aumentando há vários anos consecutivos. Sem sombra de dúvida, é urgente e necessária uma mudança radical voltada para a busca de soluções, incluindo um compromisso mais determinado com os direitos humanos, as políticas públicas e a regulação de empresas.

Todos os anos, nós, as organizações da sociedade civil que trabalham com o direito humano à alimentação e nutrição adequadas (DHANA), fazemos uma análise crítica do relatório SOFI (veja as nossas críticas em [2018](#) e [2019](#)). Ano após ano, continuamos a testemunhar a falta de aferição dos direitos humanos, a pouca importância dada à responsabilidade do Estado e a ausência de casos e experiências das pessoas mais marginalizadas dentro dos sistemas alimentares. A ênfase excessiva em dados quantitativos ignora as causas estruturais da fome e das desigualdades globais, reforçando uma abordagem que sempre traz “mais do mesmo”, ao invés da mudança radical necessária para solucionar esses problemas.

O primeiro *Relatório sobre o estado do direito à alimentação e à nutrição* procura ir além dos números e oferece perspectivas sobre a promoção do DHANA nalgumas partes do mundo e a sua violação noutras, mostrando como comunidades, movimentos e organizações estão a mobilizar-se contra ações estatais regressivas. Publicado pela **Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição** (GNRtFN, na sigla em inglês) com o apoio de seu secretariado, a **FIAN Internacional**, este relatório procura dialogar com os dados



apresentados no SOFI e contribuir para o debate global com uma perspectiva importante, mas muitas vezes ignorada, sobre a insegurança alimentar.

Com metodologias participativas de recolha de informações – incluindo questionários, entrevistas e consultas –, este relatório-piloto abrange desenvolvimentos ocorridos entre janeiro de 2018 e julho de 2019, aproximadamente. Não pretende ser um estudo exaustivo, já que inclui apenas países, regiões e casos sobre os quais recebemos informações e nos quais há membros ativos da GNRTFN.



O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO NUM CONTEXTO GLOBAL

O cenário global dos direitos humanos está cada vez mais complicado para as organizações da sociedade civil. Agências da ONU e outros espaços participativos estão a enfrentar profundas dificuldades financeiras, e crises humanitárias estão a ter um grave impacto em espaços institucionais nacionais. Entretanto, as potências mundiais estão claramente a afastar-se do seu compromisso histórico com os direitos humanos. Apesar deste cenário desolador, como ilustram os estudos de caso contidos neste relatório, movimentos sociais de base e organizações da sociedade civil (OSCs) continuam a reivindicar mudanças e a organizar-se em torno de questões centrais relacionadas ao DHANA.

Os processos internacionais para a definição de normas continuam a ser importantes para o desenvolvimento da interpretação do DHANA. A adoção da *Declaração da ONU sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais (UN Declaration on the Rights of Peasants and other People Working in Rural Areas)* (UNDROP), em dezembro de 2018, é uma grande conquista para os movimentos de base camponeses e rurais, já que tem por objetivo proteger aqueles que produzem 80% dos alimentos do mundo. De igual modo, a decisão de 2018 da Conferência das Partes (Conference of the Parties, COP) para a Convenção sobre Diversidade Biológica (Convention on Biological Diversity, CBD) sobre a imposição de barreiras ao uso de técnicas de genética dirigida terá importantes consequências para a proteção da biodiversidade,





da soberania alimentar e do DHANA. O processo de elaboração de um **tratado vinculativo para empresas transnacionais (ETNs) e outras atividades empresariais relacionadas aos direitos humanos** procura reforçar a proteção das pessoas afetadas pelas atividades destes agentes. Contudo, no clima atual de poder e influência corporativa, a maioria dos países “industrializados” recusa-se a participar plenamente.

O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) da ONU é até hoje um espaço central para o desenvolvimento de políticas para o DHANA com a plena participação da sociedade civil. O exercício de **monitorização de 2018** das Diretrizes voluntárias para o direito à alimentação, realizado dentro do CSA, criou uma importante oportunidade para avaliar o avanço das políticas de apoio ao DHANA desde a sua adoção em 2004. O processo atual de elaboração de ***Diretrizes voluntárias para sistemas alimentares e nutrição (Guidelines for Food Systems and Nutrition)*** é também uma oportunidade de reformular a maneira de abordar a questão da nutrição, além de buscar soluções e orientações políticas que estejam inseridas em mudanças sistêmicas ao longo dos sistemas alimentares.



Ao destacar os direitos das mulheres, em consonância com a edição de 2019 do *Observatório do direito à alimentação e à nutrição (Right to Food and Nutrition Watch)* (também publicado pela GNRtFN), este relatório enfatiza o impacto de políticas sociais e económicas retrógradas no DHANA das mulheres, em particular mulheres negras, migrantes, refugiadas e outras que não sejam brancas ou de classe média. A igualdade de género e o “empoderamento das mulheres” tornou-se um discurso utilizado por empresas em seu trabalho de relações públicas, enquanto instrumentalizam as mulheres, adoptam práticas exploratórias e apropriam-se dos bens comuns. Ainda assim, apesar de serem alvo de violência e criminalização, mulheres de diversas partes do mundo têm encontrado maneiras de resistir e de se organizar. Um caso ilustrativo é o de Jínwar, uma aldeia criada por e para mulheres no nordeste da Síria onde mulheres estão a construir juntas o seu presente e futuro, tanto no sentido literal como metafórico: elas constroem casas e escolas, administram cooperativas, cultivam alimentos e criam rebanhos.



OS DIREITOS HUMANOS EM RETIRADA: UMA TENDÊNCIA EM DIVERSAS REGIÕES

Todos os países do mundo, tanto no norte como no sul, sofreram com o aumento da fome, má nutrição e insegurança alimentar durante o período abrangido pelo relatório. Isto é acompanhado por uma tendência global à implementação de políticas sociais regressivas e a governos mais autoritários e xenófobos, onde muitas vezes o Estado de bem-estar social é substituído por medidas de austeridade e tecnocráticas. Na América do Norte e na Europa, por exemplo, o corte de programas e subsídios sociais contribuiu para taxas mais altas de pobreza e insegurança alimentar. Muitas partes da Ásia também continuam a vivenciar a aceleração do autoritarismo e o aumento súbito de conflitos religiosos, com a erosão de valores democráticos, enquanto uma quantidade estonteante de pessoas — **486 milhões em toda a região** — tem dificuldades em obter alimentos saudáveis e nutritivos. A América Latina é testemunha de violência por parte de Estados e empresas, além da criminalização e do assassinato generalizado de defensores dos direitos humanos. Nessa região, as mulheres estão sujeitas a **violência** e ataques contra os seus direitos sociais e reprodutivos, e são

desproporcionalmente afetadas pela insegurança alimentar, ainda mais do que noutras regiões. A monitorização da fome e da má nutrição* no Oriente Médio e no norte da África (MENA, na sigla em inglês), por exemplo, através do **relatório anual SOFI**, ainda apresenta muitas deficiências, tanto no que diz respeito às estatísticas quanto à narrativa analítica, apesar de ser uma das regiões do planeta com as piores crises humanitárias causadas por conflitos, ocupações, medidas de austeridade e inflação.



Conforme denunciado neste relatório, incluem-se entre os desafios à concretização do DHANA e outros direitos humanos: graves problemas financeiros enfrentados pela ONU (p.ex., pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina e o Conselho de Direitos Humanos) e por sistemas regionais de direitos humanos (como o Sistema Interamericano de Direitos Humanos); corrupção profundamente enraizada; procedimentos e requisitos burocráticos para o acesso a políticas de subsídios sociais (p.ex., a associação de esquemas de segurança social com o sistema Aadhar na Índia); maior repressão à liberdade de expressão e de reunião; e o uso de ajuda alimentar como uma arma (como na Venezuela).

DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO

Em relação a aspetos positivos, o relatório apresenta exemplos de outras regiões do mundo que fizeram progressos na criação de arcabouços legais e de políticas públicas de apoio ao DHANA. Por exemplo, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deu um grande passo com a formulação participativa de políticas públicas e legislação sobre o DHANA, além da monitorização de espaços a nível estatal e comunitário. No Mali, os avanços significativos feitos nos últimos anos no arcabouço legal nacional e nos espaços políticos encontra-se agora em fase de implementação. Entre as medidas, incluem-se a *Política sobre a terra cultivável (Politique Foncière Agricole, 2015)* e a *Lei sobre a terra cultivável (Loi Foncière Agricole, 2017)*, que reconhecem os direitos de posse costumeira e coletiva das comunidades. Alguns países europeus começaram também a responder melhor às suas obrigações nacionais para com o DHANA. O governo da Escócia estabeleceu o objetivo ambicioso de tornar-se uma **Nação com Boa Alimentação** e em 2018 iniciou **consultas a respeito de uma lei sobre o DHANA**. Na Ásia, um exemplo positivo de mobilização social é a adoção da **Lei do direito à alimentação e soberania alimentar (2018)** no Nepal após um longo processo coletivo de pressão e consciencialização por OSCs.

O relatório inclui ainda exemplos de pessoas e comunidades que se organizaram contra ações estatais regressivas e políticas empresariais abusivas. Na África Ocidental, agricultores camponeses fazem ativismo contra os sistemas comerciais de sementes, baseados em direitos de propriedade intelectual exclusivos e que procuram substituir sistemas de sementes administrados pelos agricultores. Na Colômbia, mais de 70 OSCs uniram-se para preparar e entregar ao Comité para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) o primeiro relatório-sombra sobre os direitos da mulher camponesa e rural. Deste resultaram recomendações importantes que foram feitas ao Estado colombiano para promover a participação política e a incorporação dos princípios da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) nas suas políticas. No Mali, na Guatemala e por todo o



mundo as mulheres estão a liderar a promoção de práticas agroecológicas que não apenas são ambientalmente sustentáveis e socialmente justas, mas também transformam as relações de género dentro das comunidades. Sim, os direitos humanos chegaram a uma encruzilhada; no entanto, este relatório mostra que as pessoas estão a organizar-se – através de movimentos de base e de participação e ativismo na sociedade civil – para que o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas, contra todas as adversidades, se torne uma realidade.



Esta é uma publicação da Rede Global pelo Direito à Alimentação e à Nutrição. Sua organização foi facilitada pela FIAN International.

| **Coordenadora:** Emily Mattheisen | **Autores:** Emily Mattheisen, Ayushi Kalyan, Yifang Tang, M. Alejandra Morena, Andrea Nuila (FIAN Internacional). Agradecimentos especiais a todas as organizações da Rede Mundial pelo Direito à Alimentação e Nutrição e à equipe da FIAN International que apoiou a preparação deste relatório.

| **Tradução para o português:** Diego Alfaro | **Design:** Ian Davidson, Marcela Vidal
| **Fotos:** Victor Barro / Friends of the Earth International, Jinwar Free Women's Village, Freedom House, Kai Horstmann

| **Financiado por:** Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (SDC)

OUTUBRO DE 2019

Visite o site da Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição para acessar o relatório completo (disponível apenas em inglês):

www.righttofoodandnutrition.org

